

VICENTE DE CARVALHO: POETA DO MAR E CIDADÃO DA REPÚBLICA

Há poetas que são lembrados pela temática da obra, com suas biografias circunscritas a ela. Castro Alves, o poeta dos escravos, seria um exemplo. Outros, não obstante vasta e diversificada coletânea de versos, são reverenciados apenas por um poema e através dele entronizados e perpetuados. É o que ocorre com Raimundo Correa, autor de “As Pombas”, rasgo poético que se agregou à sua produção, aprisionando-o àqueles versos no imaginário popular.

Em Vicente de Carvalho, poeta santista, ambas as associações – da temática e do poema – vincaram sua biografia, tornaram-se indelévels. A simples menção de seu nome evoca, de pronto, o Poeta do Mar, epíteto cunhado por Euclides da Cunha ao prefaciá-lo a obra *Poemas e Canções*, em 1908. Para muitos, contudo, a referência mais forte é aquela do autor de um só poema, “O Pequenino Morto”, reiteradamente declamado ao seu tempo, figurando indefectível nas antologias poéticas de nosso cancionero literário. Para outros, aficionados, Vicente de Carvalho ainda é o Poeta do Amor e, por vezes,

ANA LUIZA MARTINS

Este texto foi possível pela consulta às obras das bibliotecas de Guida e José Mindlin; Antonio Arnoni Prado; Heloisa Barbuy. Consigno aqui meus agradecimentos pela extrema gentileza.

Engenho dos Rasmos

inspirado autor de *Fugindo ao Cativo*, o consagrado poema épico abolicionista.

Esta fulgurante aura lírica que o envolve e a persistente associação e confinamento de seu nome a uma só temática ou a um só poema acabaram por subtrair para as gerações posteriores as tantas dimensões de sua atuação múltipla, encobrando o acadêmico militante, o jornalista, o político, o advogado, o fazendeiro, o empresário, o chefe de família com numerosa prole, enfim o personagem que foi poeta mas, sobretudo, amou e atuou fecundamente na vida.

Sua filha, a historiadora Maria Conceição de Carvalho, guardou do pai a imagem do magistrado e o apresentou nesta ordem: “Cultivou as leis e foi poeta” (1). Roquete Pinto, sensível à militância de sua geração, o viu como “[...] grande cidadão [...] sempre interessado nas questões difíceis da república, juiz de peregrinas virtudes, exemplar representante dos melhores aspectos da sociedade que se formou” (2). Brasília Machado, conterrâneo santista, presidente da Academia Paulista de Letras, valeu-se da ima-

ANA LUIZA MARTINS
é historiadora do
CONDEPHAAT, co-autora
de *Arcadas. História da
Faculdade de Direito do
Largo de São Francisco
(Alternativa)* e autora de
*Império do Café. A Grande
Lavoura do Brasil (Atual)*.

1 Maria da Conceição Carvalho; Alfredo Vicente de Carvalho, *Bio-Bibliografia de Vicente de Carvalho*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, Academia Brasileira de Letras, 1943.

2 E. Roquete Pinto, “Prefácio”, in Maria da Conceição Carvalho; Alfredo Vicente de Carvalho, op. cit., p. 6.

gem de seu cotidiano para a saudação de ingresso: “Não fosseis vós um impenitente pescador de... peixes, de quando em vez, e sempre um pescador de pérolas” (3). O engenheiro Euclides da Cunha o tinha no mais alto conceito, afirmando no prefácio de *Poemas e Canções*: “[...] nobilita o nosso tempo e a nossa terra” (4).

A despeito destes registros e do empenho das biografias em elencar suas tantas atividades profissionais, a consagração do Poeta do Mar veio em detrimento do agente social polivalente, o cidadão republicano de seu tempo, o exemplar de homem público (5).

Certo que não se costumava ver poetas como homens de negócios, traço correntemente eliminado de suas biografias; eram festejados pela poesia e só existiam em função dela. Todavia, o bacharel Vicente de Carvalho inaugurou nova conduta do homem de letras, prefigurando postura incomum de literato em seu tempo, balizando a profissionalização da geração parnasiana. Eram jornalistas que não se limitavam tão só ao cultivo das musas, páli-dos poetas de rotos andrajós. Ganhavam com a pena e colocavam-se com ela a serviço do mercado. Foi assim com Olavo Bilac, Bastos Tigre, Vicente de Carvalho e tantos, que atuaram na grande imprensa, não obstante este último prescindir dela como fonte de renda, dada a diversificação de seus negócios. E aí estaria um traço peculiar, só explicável, em parte, no poeta que cresceu junto ao mar, mas, sobretudo, na cidade em que o capital comercial e o mundo dos negócios definiram seu destino.

Oportuno, pois, neste espaço, desvendar um pouco mais de sua trajetória, como resultado de espaço e momento histórico específicos, isto é, a cidade de Santos em vésperas de se transformar no maior porto de café do mundo. Ali, a força do mercado e a dinâmica da economia pulsaram mais forte, interferindo na formação e no cotidiano de sua população. O Poeta do Mar foi também o cidadão do espaço urbano que se construía como cenário moderno da Primeira República, aberto ao Progresso que sua posterior filiação positivista confirmou,

mas regido pela Tradição, para a qual suas origens atavicamente o conduziam. Homem de ação que só poderia existir fruto de um contexto como aquele, engendrado pela cidade portuária de Santos.

Vivendo os dilemas de seu tempo e de sua geração de transição, foi personagem de tempos definidos e de lutas precisas: quando estudante, a campanha abolicionista; recém-formado, a propaganda republicana e a construção da República; na idade madura, o empenho sanitarista, a luta nacionalista, a defesa do café das perversas injunções do mercado, a extemporânea e então moderna defesa de nosso patrimônio natural. Acima de tudo, Vicente de Carvalho, cidadão, converte-se em ícone da cidade natal, a Santos que cresceu e se fez junto com o poeta, quase como num jogo de espelhos, em que um reflete e explica o outro, completando-se.

SANTOS: UM ENSAIO DA MODERNIDADE

Inicialmente, uma estatística, documento estranho para falar de poetas... Mas, ele próprio, até que gostava delas, conforme demonstrou em seu alentado estudo sobre o café, tendo criado, em 1892, uma Repartição de Estatística do Estado. Aqui, ela se refere à população de Santos, em dilatada amostragem de seu crescimento, ilustrativa da transformação vivenciada pelas balizas de seu nascimento e morte, 1866 e 1924, respectivamente.

Ano	População
1872	9. 151
1885	15. 605
1900	50. 389
1913	88. 967
1935	142. 059

Fonte: IBGE

3 Vicente de Carvalho; Brasília Machado, *Uma Recepção Acadêmica: Discursos de Vicente de Carvalho e Brasília Machado*, São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1912, p. 72.

4 Euclides da Cunha, “Prefácio”, in Vicente Augusto de Carvalho, *Poemas e Canções*, São Paulo, Cardozo, 1908.

5 A biografia mais divulgada é de autoria de seus filhos: Maria da Conceição Carvalho; Alfredo Vicente de Carvalho, op. cit. Ver ainda: Vicente de Carvalho, “Autobiografia”, in *Revista da Academia Brasileira de Letras*, São Paulo, v. XVI, ano XV, nº 35, nov. 1924; Hernâni Donato, *Vicente de Carvalho*, São Paulo, Melhoramentos, 1955; Hermes Vieira, *Vicente de Carvalho. O Sabiá da Ilha do Sol*, 1943.

O salto brutal de crescimento da população, entre 1885 e 1913, transcorreu entre os 19 e 34 anos de idade do poeta, quando, em meio às sucessivas demolições e reconstruções do cenário urbano, o mar se constituiu no refúgio inalterado, na paisagem irretocável que o confortava e alargava seus horizontes até o infinito. A recuperação de dois instantâneos de imagens da cidade, delimitadores de sua trajetória, melhor ilustra a grande mudança ambiental que se operou ao seu redor: na infância, a cidade colonial, o porto de trapiches; na mocidade e idade adulta, a cidade republicana, o moderno cais. Quanto à atmosfera dos primeiros anos, será mais seguro dar a palavra ao poeta, que a rememorou em versos de alegria:

“Quando eu nasci, raiava
O claro mês das garças forasteiras:
Abril, sorrindo em flores pelos outeiros,
Nadando em luz na oscilação das ondas,
Desenrolava a primavera de ouro; [...]” (6).

Era 5 de abril de 1866. Vicente Augusto de Carvalho nascia de tradicional família santista, onde o capital social dava o tom. Pelo lado paterno predominava a linhagem militar, com avô capitão de milícias e pai major – Higino José Botelho de Carvalho, dono de modesta loja de ferragens. Pela mãe, d. Augusta Carolina Bueno de Carvalho, consta nas genealogias que descendia em linha reta de Amador Bueno, com bisavô materno capitão-mor. Troncos remanescentes da colônia, afeitos ao cotidiano do Império e despreparados para o ingresso abrupto nas lides mercantis que a cidade demandou. Daí sua exclusão econômica, tanto dos quadros dos barões do café como da subsequente burguesia cafeeira.

Mais do que recuperar a infância economicamente difícil, que obrigou a família a deixar o aprazível bairro dos “Quatro Cantos” (exatamente no local onde hoje está a Bolsa do Café) para fixar-se na zona denominada “Quartéis” (hoje Rua Xavier da Silveira), alternando meios para o sustento, importa sublinhar o espaço geográfico e o tempo histórico peculiares que presidiram

seu nascimento, infância e adolescência, conjuntura decisiva para sua formação.

A começar pelo seu nascimento em Santos, cidade de cotidiano singular no quadro da província. Fundada em 1545 por Brás Cubas, guardava forte apelo de lugar onde se estabeleceram as bases da nação, a barra por onde entrara Martim Afonso para iniciar a colonização, a terra de tradição libertária dos Andradas. Antigo “porto de sal”, que se transformou em “porto de açúcar”, tornou-se a partir de 1854 “porto do café”, com quase 80% da movimentação exportadora total brasileira. Marcada pela expressiva presença estrangeira, população típica das cidades portuárias, era a porta de chegada das mais ricas culturas, fixando uma nova mentalidade presidida pelo capital comercial e pelo trabalho livre. Ali a associação liberalismo e laicização se deu de forma extremada quando, por seu porto, entrou celeremente o discurso do progresso e da modernidade (7). Contudo, ao tempo do nascimento do poeta, em 1866, a cidade ainda guardava feição colonial, amontoado de toscas pontes e trapiches, assombrada periodicamente pelo flagelo das epidemias. Em 1844 registrara-se o primeiro surto de febre amarela, vinda do Rio de Janeiro, que reapareceu quatro vezes na década de 50, retornando subsequente, mesmo quando a cidade já se constituía em importante praça do café. Em 1889 foi avassaladora, com envolvimento direto de Vicente de Carvalho em seu combate.

Bastante significativo, o fato de o poeta ter nascido junto com a inauguração da São Paulo Railway, a primeira estrada de ferro paulista, iniciada em 1860 e inaugurada em 16 de fevereiro de 1867, a então vencer a Serra do Mar em pouco mais de quatro horas, tornando obsoleta a antiga Estrada do Vergueiro com suas tropas de muares, carroças e diligências. Com ela, Santos assenhoreou-se do mercado paulista, ultrapassando definitivamente os outros portos litorâneos, formalizando o binômio São Paulo-Santos, estabelecendo uma infraestrutura decisiva para o comércio cafeeiro (8). E mais: data de sua infância o encetar da discussão sobre a expansão urbana, ini-

6 Vicente de Carvalho, “Palavras ao Mar”, in *Poemas e Canções*, Porto, Livraria Chardron, de Lello & Irmãos Editores, 1909, p. 73.

7 Wilma Therezinha Fernandes de Andrade, *O Discurso do Progresso: a Evolução Urbana de Santos, 1870-1930*, São Paulo, tese de doutorado do Departamento de História da USP, 1989.

8 Idem, *ibidem*, pp. 97-8.

ciada na década de 1870, suscitando todo tipo de debate em torno das questões de habitação, saneamento e um novo porto. Junto com ela adveio a força do progresso, destruidora de referências ancestrais, que ali se expressou na demolição do marco fundante da povoação de Brás Cubas, o Outeiro de Santa Catarina, autorizada pela Câmara Municipal em 1869.

Isso posto, sem se esquecer da vasta presença do mar, acentuada quando da mudança para os “Quartéis” – que lhe permitia longas tardes de pescaria –, tem-se parte significativa do quadro de sua infância, cenário onde tudo se transformava em face das exigências do café. Desencadeava-se a otimização das comunicações gerada pela ferrovia e a intensificação do comércio exportador, determinantes da inserção de Santos no processo de modernização material. Como decorrência, sobrevieram o novo cais, a construção de armazéns, o proliferar de firmas comerciais – da casa comissária à casa exportadora, em geral de capital estrangeiro –, a instalação de bancos, a construção de abrigos para a população imigrante e, também, a multiplicação dos “cortiços”.

O escritor Júlio Ribeiro, que faleceu em Santos e teve em Vicente de Carvalho o melhor amigo, que o assistiu na hora da morte, legou um dos mais irrepreensíveis retratos da cidade portuária, por volta de 1888, a Santos que crescera com o poeta:

“É curiosa Santos como cidade, tem cor sua, inteiramente sua. [...] Vista do mar, do estuário, a cidade é negra: *black town* lhe chamam os ingleses. Os enormes vapores transatlânticos alemães, os esquisitos e bojudos carregadores austríacos, as feias barcas inglesas e americanas de costado branco, os mil transportes de todas as nações, entram pela ria, encostam-se à praia, varam quase em terra, afundam as quilhas no lodo negro [...].

Pelas ruas vai e vem, encontra-se, esbarra-se um enxame de gente de todas as classes e de todas as cores, conduzindo notas de consignação, contas comerciais, cheques bancários, maços de cédulas do tesouro,

latinhas chatas com amostras de mercadorias. Enormes carroções articulados, de quatro rodas, tirados por muares possantes, transportam da estação do caminho de ferro para os armazéns, e deles para as pontes, para o embarcadouro, os sacos de loura aniagem, empanturrados, regurgitando de café. [...]

Às três horas começa a cessar o movimento: a população imigra para São Vicente e para a Barra. À tarde a cidade está silenciosa, deserta e morta. Há todos os dias uma transição crua, brusca, da agitação para o marasmo, que dá tristeza” (9).

Nesse contexto, de predomínio do capital comercial, povos de todo o mundo e ensaio de uma mentalidade cosmopolita – e só nesse contexto –, era possível ao menino de onze anos, de respeitável família local, abandonar os estudos com primário concluído e trabalhar no consulado alemão. A experiência era precoce e inusitada para um jovem daquela faixa etária e de sua classe social.

TEMPO DE ESTUDANTE: “UM BANDO DE IDÉIAS NOVAS”

Todavia, não só as transformações materiais presidiram o tempo de sua infância e adolescência. Em 1868, “um bando de idéias novas esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte” (10), no registro de Sílvio Romero, marcando o tempo mental do adolescente, quando se acirram o avanço do liberalismo e a voga anticlerical. A queda do ministério Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 1868, definirá a radicalização liberal no país e na sua esteira, em 1870, o lançamento do Manifesto Republicano, que daria origem à ostensiva campanha republicana, sacudindo o nosso quadro mental.

Esse confronto, o jovem Vicente de Carvalho viverá em São Paulo, quando, valendo-se da ferrovia, subiu a serra para estudar na capital. Novamente se depara

9 Júlio Ribeiro, *A Carne*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1917, pp. 135-6.

10 Sílvio Romero, “Explicações Indispensáveis”, prefácio aos *Várias Escritos* de Tobias Barreto de Menezes, in *Obras Completas*, Sergipe, 1926, t. X, p. XXVI.

com o ambiente convulsionado em nome do progresso, quando a cidade desmontava seu cenário colonial e se transformava em canteiro de obras, reedificando-se sob o crivo do figurino francês. Já o circuito escolar revelou os questionamentos de sua geração, dividida entre a tutela da Igreja e a busca da laicização. A passagem pelo internato do Seminário Episcopal, tradicional reduto ultramontano das famílias de elite, foi rápida, optando pelos Colégios Norton e Mamede, onde concluiu os preparatórios com apenas dezesseis anos. Passo seguinte, a entrada na Faculdade de Direito, para o que solicitou licença de idade legal, concedida pela Assembléia Geral do Império, a 17 de julho de 1882, pelo decreto nº 3. 075.

De 1882 a 1886, Vicente de Carvalho seria o estudante de Direito do Largo de São Francisco, caminho natural trilhado pelos jovens de sua classe, com todas as implicações que este título trazia: boêmio, abolicionista, republicano, verzejador. Contudo, também nesse espaço ocorria transformação de monta, com a recém-implantada Reforma de Ensino, de Leônicio de Carvalho, que entre outras providências admitia a frequência livre dos alunos ao curso. O vetusto casarão franciscano esvazia-se de estudantes e até mesmo dos principais lentes. Aqueles voltam-se para o jornalismo, para as caçadas, as viagens, as temporadas do Lírico; os lentes, requisitados para altos cargos do Império. E mais. As dependências físicas da Escola estão em



Vicente de Carvalho e família na Bélgica. In Octavio d'Azevedo, Vicente de Carvalho e os Poemas e Canções, Rio de Janeiro, José Olympio, 1970

estado deplorável, conseqüência do incêndio que a comprometera em 1880. A *Memória Histórica* do prof. Vicente Mamede, de 1882, fixa o seu aspecto exatamente no ano de ingresso de Vicente de Carvalho: “[...] Acha-se no seu exterior em estado medonho, pelos estragos e sujeira, que ostenta, e, no seu interior, não reúne as acomodações, indispensáveis e conveniência à seriedade e regularidade do ensino” (11).

Não obstante, a “mística das Arcadas”, a aura do espírito liberal, o ardor das campanhas sociais em curso estavam mais presentes do que nunca para aquela geração de 80, na esteira da atuação pregressa de Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e tantos... (12). A seu tempo, a despeito de turmas separadas, seria contemporâneo de Raul Pompéia, Estevão de Almeida, José Manoel de Azevedo Marques, Juvenal Malheiros, Primitivo Sete, Borges de Medeiros, Cincinato Braga, momento em que a campanha abolicionista deslanchou, arrebatando todo o país. Vicente de Carvalho coloca-se no jornalismo, escreve nos periódicos e granjeia fama de literato. Spencer Vampré, ao referir-se à sua turma acadêmica, aquela que ingressara em 1882, dá-lhe destaque. Relaciona “Pedro Augusto Gomes Cardim, Wenceslau José de Oliveira Queiróz e Vicente de Carvalho, três poetas, dos maiores da Academia” (13).

A despeito do envolvimento com as letras, Vicente de Carvalho é um jovem pragmático e de posses modestas. Ressente-se do marasmo da Academia naquele momento, seja pela ausência dos alunos, pelo desfalque do corpo docente e pela decadência física do próprio edifício (14). No terceiro ano solicita permissão para fazer o curso livre e retorna a Santos, não exatamente para pescar e caçar, mas para organizar um negócio em sociedade com o amigo e padrinho de casamento Luis Suplicy – uma sacaria de aniagem – de duração efêmera, empregando-se em seguida numa firma comercial no efervescente cotidiano santista.

É nessa ponte, entre Santos e São Paulo, que exercita a militância abolicionista, tor-

nando-se o elo entre a cidade de tradição libertária, que abrigava os maiores quilombos, e a ação abolicionista vivenciada nas Arcadas. Privando com o grupo dos caifases, de Antonio Bento, junto de seus amigos Guilherme e Pedro de Melo, Arthur Andrade, Rubim César e Alberto de Sousa, encaminha os negros fugidos para o Jabaquara, o quilombo que mais tarde cantaria no épico *Fugindo ao Cativoiro*. Sobreleva uma primeira vitória: na cidade aberta à liberdade, tinha o poeta vinte anos quando a 14 de março de 1886, em sessão solene no Teatro Guarani, reunidas mais de duas mil pessoas, foram alforriados todos os escravos de Santos.

A camaradagem com militantes de causas afins foi traço recorrente de sua atuação. É essa solidariedade de princípios que o ligará ao polêmico escritor Júlio Ribeiro, então morando em Santos, a quem vai assistir até à morte, defendendo seu ateísmo; assim como, em 1895, protege e esconde de perseguição descabida o já envelhecido general Couto de Magalhães, a quem se ligava por admiração intelectual.

Às vésperas da Proclamação da República estava formado o agente social da geração que pensou o Brasil, aberto à sua construção. Está no entrelaçamento das temáticas que presidiram aquela transição, pontuada pela discussão ideológica entre progressistas e conservadores, divididos entre o ingresso na modernidade e a guarda da tradição.

O HOMEM PÚBLICO

Os passos iniciais da carreira do bacharel foram cumpridos à risca: o envolvimento com a política, a banca de advogado conceituada, a ligação por casamento com família de prestígio da elite paulistana, proprietária do jornal *A Província de S. Paulo*, futuro *O Estado de S. Paulo*. Em outras palavras: membro do Diretório Republicano de Santos, antes mesmo de formar-se, em 1885, com dezenove anos; no ano seguinte, recém-formado, trabalha no escri-

11 Vicente Mamede, *Memória Histórica para o Ano de 1882*, São Paulo, s/e, 1883, p. 14.

12 Ana Luiza Martins; Heloisa Barbuy, *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*, São Paulo, Alternativa, 1998.

13 Cf. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, São Paulo, Livraria Acadêmica, Saraiva Editores, 1924, v. II, pp. 441-2.

14 Foram seus colegas de turma: Luis B. Gama Cerqueira, Ernesto Moura, Manoel Pacheco Prates, que se tornaram lentes da Faculdade; Augusto Meirelles Reis, Firmino Antonio da S. Whitacker Filho, Eliseu Guilherme Cristiano, mais tarde ministros do Tribunal de Justiça de São Paulo; Pedro Affonso Mibielli, ministro do Supremo Tribunal Federal; Alberto de Seixas Martins Torres, filósofo e sociólogo; Custódio J. Coelho de Almeida, conceituado financista; Alvaro Augusto da Costa Carvalho, parlamentar e político paulista; Antonio Victor de Macedo, talento literário precocemente falecido. Cf. Spencer Vampré, op. cit.

tório de Martin Francisco e Silva Jardim; em 1886, com vinte e dois anos, casa-se com d. Maria da Conceição Ferreira de Mesquita, irmã do jornalista Júlio de Mesquita.

Entre os amigos, a brilhante plêiade de sua geração: Joaquim Dias da Rocha Jr., José Francisco de Paula Novais, Rodrigo Octávio de Langaard Menezes, Alfredo Olímpio de Oliveira Duarte, João Marcondes dos Santos, João Ribeiro de Oliveira e Souza. Em Santos, sua roda é aquela de Inglês de Souza, Assis Pacheco Neto, Carlos Afonseca, Eduardo Salamonde, João Pereira J. de Menezes, Gastão Bousquet e Adolfo Assis. Estava alicerçada a carreira do homem público, pois o literato já se colocara com duas publicações, muito bem recebidas pela crítica: *Ardentias* e *Relicário*, em 1885 e 1888, respectivamente.

Mais tarde, o também bacharel pelo Largo, Valdomiro Silveira, advogado em Santos, seria o interlocutor constante, afinado com a temática nacionalista, que fez de ambos autores inaugurais. Valdomiro lançava o conto caipira regional; Vicente de Carvalho elegia o “seu mar”, para cantar a paisagem nacional. Privaria ainda com Martins Fontes, igualmente santista, egresso das Arcadas e poeta.

O figurino do bacharel *fin-de-siècle*, republicano de primeira hora, assentou-lhe com perfeição, ao cumprir as clássicas etapas daquele percurso: participação no Congresso Republicano de São Paulo em 1887, chefia da imprensa republicana local, deputado ao Congresso Constituinte do Estado, membro da Comissão de Redação da Constituição Paulista, secretário do Interior do primeiro Governo Constitucional do Estado, na administração de Cerqueira César, nomeado em 26 de fevereiro de 1892. Percorreu o roteiro de sua utopia até atingir o clássico desfecho da desilusão, comum a seus pares de militância, confirmando que aquela também não era a República de seus sonhos e concluindo: “O país aderiu, não à República, mas ao Governo”. Em 30 de setembro de 1892 afastava-se definitivamente da política, para nunca mais voltar, nem mesmo como eleitor. Tinha Vicente de Carvalho vinte e seis anos e cinco meses de idade.

À saída, um gesto surpreendente vindo de um poeta, mas previsível pelo rígido temperamento: uma bofetada em público em seu desafeto imediato, o secretário da Agricultura, dr. Alfredo Maia, que insinuara falta de lisura nas transações de sua pasta. O local? Durante a solenidade de posse da Câmara Municipal, repleta de fraques e cartolas. “O Sr. insultou-me em ofício: eis a resposta!”, a que se ouviu o estalo da bofetada (15).

Não obstante tão fugaz passagem pela vida pública, deixou a marca de administrador de largas vistas, premido pela solução dos problemas candentes de seu tempo. Uma vez no poder, procurou avidamente cumprir seu papel naquela geração, ansiosa por construir o país moderno, de elevar o Brasil “ao nível dos países cultos”, conforme jargão reverberativo entre seus pares. Investiu na reforma da instrução pública do Estado, através da lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, com vistas à ampla dis-

15 O episódio foi transcrito por Hermes Vieira, a partir das edições de *O Estado de S. Paulo*, de 1 e 2/10/1892. Hermes Vieira, op. cit., pp. 131-2.

**Vicente de
Carvalho
declamando
para Judith
Fomm Mangin
da Cunha, no
Horto
Botânico, em
1916**



Haverá queira mais justa
Que a do feliz que se queira.
Ah, o bem que menos custa
Custa a saudade que deira.
Vicente de Carvalho



**Vicente de
Carvalho,
jovem
advogado, por
volta de 1890**

seminação da alfabetização; criou a Seção das Caixas Escolares, embrião das Caixas Econômicas, sancionadas pela lei nº 117, de 1ª de outubro de 1892; autorizou a fundação de uma Escola Superior de Agricultura e outra de Engenharia, em São Paulo, pela lei nº 26, de 11 de maio de 1892, ambas pensadas em caráter técnico-profissionalizante; determinou a instalação de dez estações agrônômicas em lugares apropriados, voltadas para alunos pobres; cuidou ainda de organizar a Repartição da Estatística e do Arquivo do Estado, imperativo para a boa organização do serviço público.

Todavia, foi no âmbito da moderna política urbana que se empenhou e obteve resultados imediatos. Vivenciara os flagelos da febre amarela e da varíola; assistira à demolição agressiva do cenário de sua in-

fância, quando se eliminaram gradativamente os marcos históricos da cidade colonial para rasgar novas avenidas, contemporâneas de sua mocidade. Tinha vinte e um anos em 1887 quando se iniciou a abertura das avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias. Com vinte e três anos assistiu à demolição da ponte do trapiche “Brazil”, na curva do Paquetá, em fevereiro de 1889, fato considerado tão importante que um fotógrafo foi chamado para documentá-lo (16).

Em face dos problemas candentes do saneamento e higiene urbanos, estudou a matéria e lançou as bases do Hospital de Isolamento do Instituto Bacteriológico e do Instituto Vacinogênico, enquanto montava os quadros de cientistas estrangeiros, responsáveis pelo programa sanitário então implantado. Em carta de próprio punho se dirigiu a Pasteur, solicitando-lhe que “desse ao Brasil a glória de sua visita, a honra máxima de sua presença, e viesse, entre nós, como hóspede, como salvador, médico de todos os doentes do planeta, de tudo quanto vive e sofre, criar o nosso serviço sanitário, estudar a febre amarela, erigir o Instituto bacteriológico” (17). Não conseguiu a vinda do mestre, até pela sua idade avançada, mas obteve indicação do discípulo Felix Le Dantec, biólogo renomado que, junto com o prof. Lachaud, respondeu pelo Laboratório de Análise e de Bromatologia do Estado de São Paulo.

Apontado como precursor da obra de Cesário Motta, na Higiene, organizou o Serviço Sanitário do Estado, através da lei nº 43, sancionada a 18 de julho de 1892. Determinou a inspeção sanitária de escolas, fábricas, oficinas, hospitais, quartéis, prisões, asilos e a fiscalização da alimentação pública, do fabrico de bebidas nacionais e estrangeiras, naturais e artificiais, do comércio e exploração de águas minerais. Prescreveu a realização anual de Congressos de Higiene e dividiu o Estado em quatro seções distintas para a execução do serviço sanitário: Capital; Santos e Campinas; demais cidades; vilas. Formulou, sem obter seu cumprimento, a lei que previa a construção de fornos crematórios nas cidades de São Paulo, Santos e Campinas, exatamente

16 Hermes Vieira, *op. cit.*, p. 108.

17 Martins Fontes, “Santos, suprema glória da Pátria!”, conferência realizada no Coliseu Santista, em 13 de maio de 1925. Apud Hermes Vieira, *op. cit.*, p. 118.

aquelas mais atingidas pelas epidemias.

Inferindo de forma arguta os problemas de Santos, a sua cidade, dispensou-lhe total desvelo, empenhando-se na vinda do engenheiro sanitário dr. A. Fuertes, responsável pelo bem-sucedido saneamento da cidade de Nova Orleans, nos EUA. Em meio à renovação urbana, já encetada na década anterior, forças antagônicas se digladiavam, divididas entre sua demolição e/ou preservação, vale dizer, entre o que se considerava, na época, Progresso e/ou Tradição. O secretário do Interior e santista Vicente de Carvalho ponderava:

“Com relação a essa cidade, a situação é extrema e só dois alvitres extremos se nos oferecem à escolha: ou o Estado cria outro porto que lhe permita dispensar para as suas relações comerciais com o exterior o de Santos e abandona, no interesse da sua própria segurança aquele foco de infeção; ou enfrenta energicamente com saneamento definitivo da nossa principal cidade marítima. Entre as duas soluções, não parece susceptível de dúvidas a preferência. O abandono do porto de Santos seria um desastre sob todos os pontos de vista...” (18).

Seu alvitre foi levado avante. A acelerada reforma do porto de Santos transformou o palco de sua infância em cenário da modernidade.

FAZENDEIRO DE CAFÉ

A desilusão com a política o impeliu para novo campo, diretamente ligado às lides da cidade na qual se formou: fazendeiro de café. Como morador de Santos, conhecia uma ponta do processo, a final, aquela da comercialização e despacho do produto para o mundo. Naquela altura, tudo indicava que lá nas origens os lucros brotavam facilmente da terra. O “enriquecer afazendendo-se” era um norte para aquela geração, pois a propriedade de terras se constituía em bem, não só pecuniário mas socialmente qualificador. Foi experimen-

tar. Valendo-se da fantástica subida de preços do café, em ascensão desde 1886, representando 3/5 das fontes de divisas da economia brasileira, adquiriu terras em Franca – a fazenda Frutal – lá na banda noroeste do estado. O momento, contudo, não foi propício. À euforia dos preços, sobreveio uma crise no setor, com a baixa cotação do produto, a partir de 1896. Foi uma catástrofe.

O desfecho não o abate. Antes, o mobiliza para a luta. Retorna a Santos em 1901, para a advocacia, enquanto deflagra via imprensa – vale dizer, pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, do cunhado Júlio Mesquita – uma série de artigos em que propõe soluções ousadas e polêmicas. Entre elas, a queima do café excedente, estoque que no seu entender era responsável pelo desequilíbrio entre a oferta e a procura do mercado mundial. É o economista de plantão que está no centro do problema, que fala como lavrador, como porta-voz dos interesses do jornal *O Estado de S. Paulo* e também como santista, que desde cedo vivenciara a cidade e o porto do café.

A série de artigos que publica vai desencadear reações diversas, com uma avalanche de contestações, o que prova que o jornalista Vicente de Carvalho era muito lido. A maioria provinha de leitores desinformados da matéria, que até confessavam não entender do assunto. Houve por bem fundamentar suas afirmações e estudou exaustivamente a crise para ajuizar com isenção, publicando em 1901 a *Solução para a Crise do Café*, alentado trabalho de 154 páginas, hoje, raridade bibliográfica.

Mais do que revelar outra inusitada dimensão da vida do poeta – homem de negócios e arguto analista econômico –, o estudo do tema resultou em substancial publicação, repertório de alto valor para a história econômica do país e, sobretudo, para o entendimento da política do café. Admitindo que só o livro permitiria leitura reflexiva, desapaixonada e passível de melhor compreensão de seus pontos de vista, reuniu os artigos vindos a lume na imprensa diária, republicados com o “o sincero desejo de ser útil” e “inspirado no legítimo in-

18 Cf. Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Vicente de Carvalho, 7 de abril de 1892, in Wilson R. Gambeta, “Desacumular a Pobreza. Santos, Limiar do Século”, p. 4. Apud Wilma Theresinha F. de Andrade, op. cit., p. 121.

teresse que tenho no assunto como brasileiro, como paulista, como lavrador” (19). Procurava não se deter em “tiroteios parciais” e responder às interpelações, “protegido pela sombra de uma boa árvore”, aludindo à competente bibliografia internacional anexa.

Em apêndice, apresentava tabelas, estatísticas, quadros, documentos sobre os preços do café em Santos e cotações mundiais, sua produção internacional, incorporando análises de países de produção expressiva do produto, resultando em belo estudo comparativo. Sem meias palavras, partia do princípio de que a desvalorização do produto se devia exclusivamente à superprodução brasileira. Vejamos a prosa do poeta neste terreno:

“Em números redondos, para quatorze e meio milhões de sacas que o mundo consome anualmente, há dezesseis e meio milhões de sacas que entram nos mercados. Deve-se tal excesso exclusivamente à produção brasileira. Nos vinte e seis anos últimos a produção do resto do mundo manteve-se estacionária. [...] O grande fator da baixa somos só nós, que fazemos o excesso da produção sobre o consumo. E, fato digno de toda a atenção, esse excesso não consiste propriamente em café, mas nas impurezas com que exportamos os nossos cafés, e que ‘como café são torradas e oferecidas ao consumo do mundo’. Isso, que em linguagem comercial se chama ‘cafés baixos’, é o que faz, por si só, a superprodução” (20).

Como testemunha do processo, infere e elenca as causas do crescimento excessivo da produção, entre 1888 e 1895: a baixa do câmbio, responsável pelas proposições artificialmente colossais aos preços naquele período; o incremento excepcional da ferrovia nas zonas cafeeiras; a extraordinária corrente de imigração, então em refluxo; a mudança da força de trabalho, de escrava para livre, “geralmente de europeus, e muito mais inteligente e esforçado”, num rasgo de apreciação sutilmente racista, bem ao sabor da época, muito embora o poeta se colocasse contra a corrente eugenista em voga.

A busca de solução suscita polêmica, ao propor a destruição de 20% da produção:

“Deliberação corajosa de destruir 20% da nossa safra próxima, e a resolução solene de destruir das duas que se lhe seguirem a porcentagem que representar excesso da produção sobre o consumo. Mudaremos, com isso, a situação do café no mundo. Dispomos de força para isso, porque produzimos 75% do café fornecido ao mundo. Poremos assim de nosso lado a especulação, que aproveitará o elemento natural da alta, fornecido por nós. [...] Mesmo que a eliminação, durante dois ou três anos, de 20% das nossas safras, isto é, a superprodução anual de dois ou dois e meio milhões de sacas de cafés baixos, só tivesse como resultado uma alta de 20% nos preços, essa eliminação seria, ainda assim, de extrema conveniência. Compensada a quantidade sacrificada pela melhora correspondente do preço, nenhum prejuízo sofreria o produtor; e conseguiríamos, assim, sem sacrifício, a reabilitação do café brasileiro, pela exportação unicamente de café depurado e superior. Habituaríamos assim os consumidores a beber realmente café. Não se pode imaginar mais eficaz elemento de propaganda” (21).

Não cabe nestes limites ajuizar da pertinência da sugestão. Contudo, importa reter que seus alertas com relação à necessidade de otimizar o produto foram proféticos, lamentavelmente pouco ouvidos, concorrendo ainda hoje para uma imagem desfavorável da qualidade do café brasileiro. Na ocasião, ponderava sobre a importância de reduzir os lucros em favor de sua qualificação.

“A influência nefasta dos cafés baixos não se faz apenas sentir na superprodução. Chamamos toda a atenção para este ponto. Esses tipos impuros, verdadeira falsificação do café, são um formidável concorrente do verdadeiro café. A observação dos mercados nos últimos anos mostra que eles tendem a nivelar-se com as qualidades superiores, não subindo até estas, mas desmoralizando-as. De ano para ano as diferenças entre os cafés superiores e os tipos

19 Vicente de Carvalho, *Solução para a Crise do Café*, São Paulo, Livraria Civilização, 1901.

20 Idem, *ibidem*, p. 17

21 Idem, *ibidem*.

ínfimos se tornam menores. A baixa ataca de preferência, com maior intensidade, os belos tipos de ‘mokas’ e ‘finos’. Esse caminho leva-nos ao desastre de piorar cada vez mais o nosso produto, pela falta de incentivo que obrigue o produtor a melhorar a produção. A pequena preferência de preços obtida atualmente pelos cafés sem defeito já compensa mal o esforço que o lavrador emprega para conseguir esses cafés, e o que ele perde em quantidade e peso. Essa preferência tende a diminuir cada vez mais. Caminhamos assim para este desastre: ser de bom conselho não empregar trabalho e despesas para obter café sem defeito; mas, pelo contrário, poupar o esforço e aproveitar os defeitos, que fazem avultar a quantidade. Nesse declive em que vamos, a lavoura brasileira se lançará, descuidadamente no que se pode chamar uma verdadeira falsificação do produto” (22).

Apaixonado pela causa e secundado pela grande maioria do comércio comissário de Santos, de vários núcleos da lavoura e de algumas câmaras municipais, lidera a facção mais poderosa de cafeicultores e comerciantes. Solicita ao Congresso do Estado a iniciativa de um convênio entre todos os estados brasileiros produtores de café e a eliminação, durante algum tempo, de uma porcentagem de nossa safra. Na ocasião, agradece o apoio de Antonio Prado, Rodrigues Alves, Luís Pereira Barreto (23).

A despeito do respaldo e da competente argumentação, não logrou a implantação do projeto. Onze anos depois, passada a crise pela “solução natural”, demonstraria, por outro texto, a pertinência de sua proposta, lamentando o quanto a lavoura paulista pusera fora desde 1901:

“Que imensa fortuna a lavoura paulista pôs fora desde 1901! Parece-me que lhe devoer a ela, mais do que o remorso, a certeza de que não quis sacrificar um total de 60.000 contos para conseguir a eliminação de 7.609.000 sacas de café ordinário em 1901-1903 – e tem agora de pagar, como está pagando e pagará durante prazo desconhecido, 30 mil contos por ano... Para quê? Na

hipótese mais favorável, favorável até ao absurdo, para obter, depois de tantos anos perdidos, um resultado igual ao que teria obtido desde 1901...” (24).

Oportuno lembrar que, posteriormente, na década de 1930, a proposta pioneira de Vicente de Carvalho seria adotada pelo governo quando, em face da superprodução, se decidiu pela queima de parte do produto. Com uma diferença: a orientação do fazendeiro Vicente de Carvalho incidia sobre a destruição do excedente, relativo aos “cafés baixos”, desqualificadores da produção brasileira; em 1930, esta seleção não ocorreu.

EMPRESÁRIO DE SUCESSO

O tino comercial, surpreendente num bacharel e poeta, mas previsível no santista que muito cedo se envolvia com as lides mercantis, explica o cuidado em diversificar seus negócios. Quando fazendeiro em Franca, associou-se ao amigo João da Silva Martins na fundação de uma firma voltada para a exploração da navegação fluvial no Vale do Ribeira. Nascia, em 1902, a Silva Martins & Cia., que ganhou a concorrência do Governo do Estado para a navegação no Ribeira de Iguape e seus afluentes. Adquirira dois vapores que se encontravam no Rio Mogi, propriedade da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e o negócio foi tomando vulto. Sob o título de Empresa de Navegação Fluvial Sul Paulista passou a servir a região, acrescida de novo material flutuante, chegando a contar em 1917 com uma frota de oito vapores e várias embarcações menores. Transformou-se em sociedade anônima, empresa sólida e altamente lucrativa.

Os cargos que assumiu posteriormente na magistratura – juiz de direito, em 1908, e ministro do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em 1914 – obrigaram-no a manter-se à margem dos quadros da firma. Não obstante, detinha o maior número de quotas do capital, e era o principal mentor de sua administração.

22 *Idem*, *ibidem*, pp. 3, 4

23 *Idem*, *ibidem*, p. 72.

24 *Hermes Vieira*, *op. cit.*, pp. 155-6.

Dotado, enfim, de folga econômica, passou a desfrutar com a família de viagens para a Europa em 1905, 1909 e 1913, algumas delas em busca de tratamento da saúde já abalada. Na última, com a mulher e os treze filhos, tendo o caçula apenas um ano de idade, estabeleceu-se em Bruxelas, ficando depois residência em Genebra por sete meses.

A LUTA PELA ACADEMIA

A personalidade múltipla o conduziu a paixões várias. Surpreendentes, sempre. Com o mesmo afinco que se colocaria como fazendeiro e empresário, obstinou-se da mesma maneira por aquilo que considerava um direito seu: a vaga na Academia. Primeiro, na Academia Brasileira de Letras, sob a presidência de Machado de Assis, quando contou com o apadrinhamento de Euclides da Cunha. Em carta deste a Vicente de Carvalho, de 9 de setembro de 1904, infere-se parte dos bastidores e as estratégias para o cobiçado ingresso. Informava-lhe Euclides:

“[...] tenho tempo de trabalhar um pouco em prol da tua candidatura. [...] Escrevi ao Neto [Coelho Neto] para que ele, por sua vez, a agitasse [...] Amanhã espero aqui o Oliveira Lima e vou atacá-lo diretamente. Depois, no Rio, espero conseguir algum resultado. Mas lembra-te que esses homens não te conhecem como eu te conheço e que eu não posso, em que pese as mais entusiásticas referências, dar-lhes uma idéia exata do teu real valor. É preciso agir. [...] Traço-te um programa que deve ser estritamente cumprido: deves ir a São Paulo, reunir o melhor de tuas publicações, contratar logo o editor e a impressão, e anunciar desde já o livro, com título competente. – Não há tempo a perder. Não deves perder um dia” (25).

Só logrou ingressar, contudo, em 1909, na vaga de Arthur Azevedo, ocupando a cadeira nº 29, já tendo publicado, além das

obras da mocidade, *Rosa, Rosa de Amor* (1902), *Poemas e Canções* (1908) e *Verso e Prosa* (1909). *Páginas Soltas*, reunindo trabalhos de ordem vária, sairia em 1911.

Mais aguerrida ainda a disputa para a Academia Paulista de Letras. Nesta, a situação apresentava um fato complicador: Vicente de Carvalho se opusera à sua criação, alegando bastar a representatividade da Academia Brasileira sediada na capital. Considerava o país ainda fraco de literatura regional, não comportando instâncias estaduais da instituição. Foi o que bastou para que ao inaugurar-se a agremiação, com quarenta “imortais”, o poeta fosse excluído.

Aguardou circunstâncias favoráveis. Em 1911, por ocasião de vaga, por morte, do dr. Raphael Correa da Silva, veio pleitear seu lugar, publicando rapidamente um volume em que justificava suas pretensões. Não sem um travo irônico-jocoso, como era de seu feitio:

“Não mereci do misterioso sufrágio que deu origem à Academia Paulista a honra de entrada no ilustre grêmio. Nem por isso me sinto impedido de, como parte do público, associar-me cá da rua às festas de inauguração. Senti, e fora fingimento negá-lo, ter sido posto à margem dessa volumosa correnteza, destinada a canalizar para a imortalidade, rios, córregos, ou simples tanques, que formam o sistema hidrográfico de nossa glória literária. Mas o meu sentimento não se mescla de indignação ou de revolta. Reduz-se ao desapontamento vago de quem não tirou a sorte grande, e lastima-o, sem disso se queixar como de uma ofensa” (26).

Colocando-se como escritor genuinamente paulista, recusando-se à “desnaturalização literária que se me quer impor”, conclui enfaticamente e altivo:

“Bato com este livro, como se ele fosse um martelo, contra a porta que a Academia me trancou. Quero entrar para a Academia Paulista: serei candidato em todas as eleições que ela tenha a fazer” (27).

25 Carta de Euclides da Cunha a Vicente de Carvalho de 9/9/1904, in Francisco Venâncio Filho, *Euclides da Cunha e Seus Amigos*, São Paulo, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1938, pp. 134-7.

26 Vicente de Carvalho, *Verso e Prosa*, São Paulo, Cardozo Filho & Cia, 1909, pp. V-VI.

27 Idem, *ibidem*, p. XXXII.

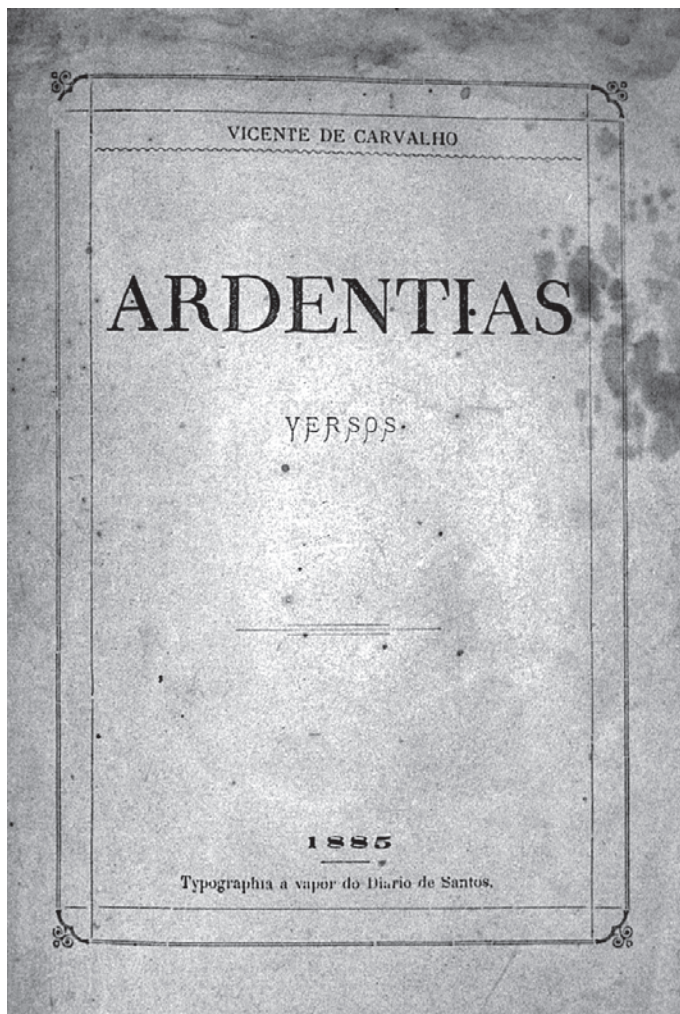
Consumava-se aqui o seu “Viver às claras”, lema que abraçara do Positivismo e que norteava sua vida. Sem meios termos, vinha colocar-se como escritor paulista que não aceitava exclusão.

Travessuras do destino, acabou por ocupar a cadeira que teve como patrono João Mendes de Almeida e o antecessor, Raphael Correa da Silva. Ambos juristas, seus opositos em tudo, pois ultramontanos em religião, conservadores na Monarquia, monarquistas na República, romanistas no Direito, vernaculares quinhentistas na prosa.

O PRESERVACIONISTA

Aspectos inusitados são freqüentes neste personagem de classificação complexa. Não obstante tantas facetas ainda a serem exploradas – aquela do contista, do *causeur*, do polemista, do pescador que avançava pelo mar alto, do refinado fundador da Sociedade de Cultura Artística, do positivista, do amável anfitrião na pitoresca casa que construiu em Indaiá e tantas outras – cabe registrar aquela do sensível defensor de nosso patrimônio natural.

Certo que em meio ao debate nacionalista que se instaura – suscitado pelos preparativos para o Centenário da Independência em 1922 – a busca das raízes e o cultivo de valores nacionais estavam na ordem do dia. O santista Benedito Calixto, secundado pelo zeloso Affonso D’Escrag-nolle Taunay, então diretor do Museu Paulista, envolvera-se com o registro de paisagens em extinção, que compreendiam não só as marinhas tão peculiares, pelo seu caráter ainda selvagem, mas também cenários urbanos e ambientes rurais ameaçados. Amadeu Amaral produzia o seu *Dialeto Caipira*, desvendando aspectos de nossa identidade. Monteiro Lobato lançara o Jeca Tatu, estereótipo de nosso caboclo, personagem amiúde citado pelo poeta. Mário de Andrade criaria Macunaíma, a representação do amálgama racial da sociedade que conformava o Brasil. Valdomiro Silveira arrebatava com o conto caipira, marco



balizador do romance regionalista nacional.


Vicente de Carvalho, Poeta do Mar, já pela temática da obra, se colocara como guardião do litoral. Defendera o mar em versos e o fazia pela ação. Defesa não só da paisagem mas com o mesmo denodo, de sua gente e, por conseguinte, da pesca nacional. É com veemência que, em discurso de inauguração de uma colônia de pescadores, em Bertioga, propugna pela pesca no país, ameaçada por estrangeiros que, “vivendo no Brasil e do Brasil, explorando em plena liberdade as riquezas de nossos mares e devassando sem compromissos a intimidade das nossas costas [...]” (28), se constituíam em concorrência perversa à sobrevivência das populações ribeirinhas. Na ocasião, considerando o meio milhão

**Primeira
edição da
primeira obra
de poesias
Ardentias, de
1885**

28 “Discurso de Inauguração da Colônia de Pescadores, da Praia de Bertioga. 8.8.1921”, in *Dous Discursos e uma Carta*, São Paulo, Martinelli, Passos & Cia, 192, p. 7.

50

Santos, 6 de Agosto de 1903

Collega e Amigo Dr. Argymiro Silveira
Faboteabal


ESCRITORIO
— DE —
ADVOCACIA
DOS
D.R.S

Vicente de Carvalho

Thomaz Viegas

Rua 15 do Novembro

N.º 81

1.º ANDAR

SANTOS

ENCARREGAM-SE

— DE —

LIQUIDAÇÕES

— NO —

INTERIOR DO ESTADO

— E DE —

Processos Administrativos

— EM —

ASSUMPTOS ADUANEIROS

PERANTE O

Thezouro Federal



Duprat & C. — Rua Direita, 14 — S. Paulo

Tendo de proprio nessa comarca uma pequena execu-
ção hypothecaria por parte do Banco Mercantil de
Santos em liquidação forçada, contra Antonio Fagundes
de Medeiros e sua mulher, venho consultar o collega si
está disposto a prestar-me o seu auxilio. O inmueble,
ao que estou informado, não dará mais de 12 a 15.000\$,
e si posso propor ao collega 5% do que se liquidar,
fazendo eu e o meu companheiro dr. Viegas todo o tra-
balho de autos, desde a petição inicial, fôrã casos urgentes.
Não posso propor mais porque, em vista de contracto
que temos com o syndico i. de 10% o honorario está
quibado para todas as execuções hypothecarias que pro-
moovermos por conta da massa.

Caso o collega aceite, me fará o favor de communica-
r com urgencia, para seguir em os papeis; dando, me tam-
ben as informações que puder obter em relação ao
inmuevel, que é o sitio Boa Vista, seu estado, valor
actual, e si ha ou não probabilidades de oppôr-se e
devidor á execução, o que supponho não se dará, por
ser a dívida de quantia muitissimo maior do que o que pôde
a propriedade valer. Esperando resposta, subrevo-me

Collega. Dr. Amigo

Vicente de Carvalho

D.º VICENTE DE CARVALHO

RESIDENCIA: RUA GENERAL CAMARA, 336

D.º THOMAZ VIEGAS

RESIDENCIA: RUA CONSELHEIRO NEBIAS, 70

Carta de Vicente de Carvalho a Argymiro Silveira, de 6 de agosto de 1903

de pescadores disseminados pelo nosso litoral, propunha a organização dos pescadores brasileiros, natos ou naturalizados, congregados em colônias cooperativas que formariam uma federação. Num rasgo poético, ainda sugeria: “As cooperativas de pescadores, em vez do nome mal soante de Colônias, podiam ter o bem mais expressivo, de Vilárias” (29).

De fato, seus cantos em versos se fizeram acompanhar de defesas ostensivas, que contrariavam fortes interesses, por vezes de sua própria classe, debatendo-se por elas. É o que se infere de sua arrebatada defesa da Praia da Barra, ameaçada de expulsão de sua população para aforamento, com vistas à especulação imobiliária. Através de argumentos de extrema atualidade, revelava a modernidade e larga visão, em assunto que ainda hoje, embora na ordem do dia, é oportunisticamente desconsiderado. Vale a reprodução de partes de seu artigo-apelo, veiculado pelo jornal santista *A Tribuna*, expressamente dirigido ao presidente da República, Epiácio Pessoa, quando em visita a Santos.

“Exmo. Sr. Presidente da República:
Simples cidadão, sem outro título que o de filho desta cidade a que V. Excia. dá hoje a alegria da sua visita, venho dirigir à V. Excia. uma súplica.

[...] Interpreto perante V. Excia., Supremo Magistrado da Nação, um sentimento que está apaixonando toda a população santista. Paira sobre ela a ameaça de ser privada da maior das belezas de sua terra – da linda praia da Barra, jóia doada pela natureza e que a nossa cidade vem, de geração em geração, gozando largamente e conservando com carinho. [...]

Sob pretexto de que esta praia é terreno de marinha, estão particulares tentando apropriar-se dela a título de aforamento.

Entrando assim no domínio do privado, o tradicional logradouro público desapareceria fracionado, mutilado, despedaçado como por mãos de bárbaros, com proveito pecuniário de alguns indivíduos; e, sacrilegamente coalhada de construções particulares, a linda praia da Barra deixaria

de existir, como dádiva mal empregada feita pela natureza a quem não a soube aproveitar.

[...] Deus do Céu! Que idéia essa de alguém que é o Governo Brasileiro, e o Governo de um brasileiro que se chama Epiácio Pessoa, vender pelo prato de lentilhas que a Bíblia consagrou na execração dos homens, uma linda e preciosa jóia de família, da nossa família santista, da nossa família paulista, da nossa família brasileira... [...] É pensar que, por atenção a pequenos interesses de dinheiro, de pouco dinheiro, de uma migalha, de alguns mesquinhos contos de réis que seriam para o Tesouro nacional como gotas de água para o mar, para o imenso e verde mar de nossa terra natal, o Governo Brasileiro, o Governo de Epiácio Pessoa, consentiria, nunca em que o que é, tradicionalmente, um patrimônio comum, fosse partilhado, como *res-nulius* entre particulares; que o que é de todos nós, santistas, paulistas, brasileiros, passasse a ser de alguns indivíduos. [...]

Trata-se de uma das mais belas defesas precoces de nosso patrimônio, rara percepção de um problema tão moderno: manter a tradição. Longe de saudosismo nostálgico, vezo de poetas, Vicente de Carvalho vinha a público para defender um bem natural da ganância de especuladores, com vistas à guarda permanente da paisagem ambiental.

Com esta página, não obstante haja muito a evocar de suas andanças e realizações, encerramos neste momento o percurso pela trajetória do cidadão santista Vicente de Carvalho, que foi o Poeta do Mar. Nessa altura, 1921, com 55 anos, já perdera um braço, em virtude de cárie óssea; dois anos depois, em 1924, viria a falecer. Sentira-se mal em Cananéia, durante formidável pescaria, onde se encontrava com parte da família e ilustre caravana dos amigos José Carlos Macedo Soares, José Maria Whitaker, Samuel de Toledo e Erasmo Assunção. Removido às pressas para Santos, foi assistido pelos médicos drs. Tomás Catunda, Silvério Fontes e, já no fim, por Celestino Bourroul. O dileto amigo Abrahão Ribeiro

29 *Idem*, *ibidem*, p. 9.

30 “Carta Aberta ao Exmo. Sr. Presidente da República. 22. 8. 1921”, in *Dous Discursos e uma Carta*, op. cit., pp. 35-40.

conseguiu chegar para os últimos minutos.

Lá fora, a cidade de Santos não era a mesma. Tornara-se o maior porto de café do mundo, implantara severa política higienista, sofrera transformação urbana de monta e apresentava-se como cidade moderna e cosmopolita. Em 1920, em *Relatório da Comissão Geográfica e Geológica*, era apresentada de forma superlativa nos pareceres técnicos e assim percebida e admirada aos olhos do país:

“Santos é naturalmente o ponto de partida para todas as comunicações, com a costa marítima e com o interior, seja pela posição, como pelo magnífico porto e pela grande rede férrea. É o maior escoadouro das riquezas do país e da importação. É uma das praças comerciais mais importantes da América do Sul” (31).

Nela, o monumento ao poeta, em bronze, de autoria de Caetano Fracarolli, inaugurado no Boqueirão, guarda muitos personagens. O caçara de calças arregaçadas e pele tostada do sol e o magistrado de toga severa; o panteísta de “Palavras ao Mar” e o místico de “Pequenino Morto”; o natura-

lista e paisagista dos “Crepúsculos Praianos” e o psicólogo de *Rosa, Rosa de Amor...* (32). No elogio de Guilherme de Almeida, representava a um só tempo o “poeta épico, e clássico, e lírico, e satírico, e popular, e parnasiano, e simbolista, e naturalista [...]” (33). Pelo relato de seus contemporâneos, sabe-se que fazia versos a qualquer momento, no primeiro papel que estivesse à mão, no próprio Tribunal, enquanto transcorriam as sessões, sem que nada lhe escapasse: “Era como se ele fosse dois, um fazendo justiça, outro fazendo versos”, endossando neste sentido as palavras do poeta – “no fundo justiça e poesia são a mesma coisa: o estabelecimento da verdade” (34).

Acima de tudo, Vicente de Carvalho, cidadão da República, foi paradigma de agente social de seu tempo, envolvido com as lutas de implantação de uma sociedade moderna, lastreada nas raízes da terra e no cultivo da tradição. Assimilou a paisagem brasileira, especialmente aquela de Santos, da sua terra natal, e metaforizou-a como símbolo para o engendrar de uma nacionalidade, mobilizadora da construção do país.

31 *Exploração do Litoral. Cidade de Santos à Fronteira do Estado do Paraná*, São Paulo, Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, Presidência de Altino Arantes e Secretário da Agricultura Candido Mota, São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Co, 1920.

32 Francisco Luis Ribeiro, “Prefácio”, in Hermes Vieira, op. cit.

33 Guilherme Almeida, “Discurso quando da Inauguração do Monumento do Boqueirão”, in *Vicente de Carvalho. Homenagem do Governo de S. Paulo e da Cidade de Santos a Vicente de Carvalho*, São Paulo, Departamento Estadual de Informações, 1946, p. 17.

34 Maria Isabel de Silveira, *Isabel Quis Valdomiro*, São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1962 (Col. Contrastes e Confrontos 7).

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de Andrade. *O Discurso do Progresso: a Evolução Urbana de Santos. 1870-1930*. São Paulo, tese de doutorado, Departamento de História da FFLCH-USP, 1989. mimeo.
- AZEVEDO, Octavio d'. *Vicente de Carvalho e os Poemas e Canções*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1970.
- CAVALHEIRO, Edgard. *O Conto Paulista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1959.
- CARVALHO, Maria da Conceição; CARVALHO, Alfredo Vicente de. *Bio-Bibliografia de Vicente de Carvalho*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional; Academia Brasileira de Letras, 1943.
- CARVALHO, Vicente Augusto de. *Relicário*. Versos. Santos, Typ. do Diário de Santos, 1888.
- _____. *Ardentias*. Versos. Santos, Typ. a vapor do Diário de Santos, 1885.
- _____. *Rosa, Rosa de Amor...* Rio de Janeiro, Laemmert & C., 1902.
- _____. *Poemas e Canções*. Prefácio de Euclides da Cunha. São Paulo, Cardozo Filho & Cia, 1908.
- _____. *Verso e Proza*. São Paulo, Cardozo Filho & Comp., 1909.
- _____. *Versos da Mocidade*. Porto, Livraria Chardron, 1912.
- _____. *Solução para a Crise do Café*. São Paulo, Livraria Civilização, 1901.
- _____. *A Voz do Sino*. São Paulo, Editora A Cigarra, s.d.

_____. *Luizinha*. Contos. São Paulo, Companhia Gráfica Editora Monteiro Lobato, 1924.

COELHO, Nelly Novaes. *Três Momentos Poéticos: Bocage, Vicente de Carvalho, Mário de Andrade*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura – Comissão de Literatura, 1970. Coleção Ensaio.

COMISSÃO GEOGRÁFICA E GEOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, sob a presidência de Altino Arantes e Secretário da Agricultura Cândido Mota. *Exploração do Litoral. Cidade de Santos à Fronteira do Estado do Paraná*. São Paulo, Typ. Brazil de Rothschild & Co, 1920.

CUNHA, Fausto (apres.) *Vicente de Carvalho. Antologia*. Rio de Janeiro, Agir, 1965. Coleção Nossos Clássicos.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFORMAÇÕES, *Vicente de Carvalho. Homenagem do Governo de S. Paulo e da Cidade de Santos a Vicente de Carvalho*. São Paulo, 1946.

DONATO, Hermâni. *Vicente de Carvalho*. São Paulo, Melhoramentos, 1955.

FONTES, Alice Aguiar de Barros. *A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifases. 1882-1888*. São Paulo, tese de mestrado do Departamento de História da FFLCH-USP, 1976.

LEÃO, Múcio. "Autores e Livros", in Suplemento Literário de *A Manhã*. Rio de Janeiro, ano II, v. III, nº 4, 2. 8. 1942, pp. 49-61.

LIMA SOBRINHO, Alexandre José Barbosa. *Os Precusores do Conto no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1960.

MARTINS; Ana Luiza; BARBUY; Heloisa. *Arcadas. História da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco*. São Paulo, Alternativa, 1998.

MARTINS, Luís. *O Patriarca e o Bacharel*. Prefácio de Gilberto Freyre. São Paulo, Livraria Martins Editora S. A., s/d.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. São Paulo, Livraria Acadêmica, Saraiva Editores, 1924, v. II.

VIEIRA, Hermes. *Vicente de Carvalho. O Sabiá da Ilha do Sol*. São Paulo, 1943.

DISCURSOS

Dois Discursos e uma Carta. São Paulo, Martinelli, Passos&Cia, 1921.

Homenagem a Vicente de Carvalho. Discurso de Reynaldo Porchat na Recepção do Trianon para Inauguração de Busto do Poeta e Lançamento da Terceira Edição de "Poemas e Canções". São Paulo, Liceu Salesiano, 1918.

Uma Recepção Acadêmica: Discursos de Vicente de Carvalho e Brasília Machado. São Paulo, Escolas Profissionais Salesianas, 1912.

PREFÁCIOS

SOUZA, Alberto. *Brazil-Paraguay: a Propósito da Distribuição dos Trofeus*. SL. SN, 1899.

TEIXEIRA, Gustavo. *Ementário*. São Paulo, Typografia Maré & C, 1908.

VIDIGAL, Gilberto. *Literatura e Civismo*. São Paulo, 1922.